

“CRIANÇA NÃO É MÃE, ESTUPRADOR NÃO É PAI”: O PROJETO DE LEI 1.904/2024 E PERSPECTIVAS EDUCATIVAS PARA PENSAR SOBRE AS VIOLÊNCIAS¹

“A CHILD IS NOT A MOTHER; A RAPIST IS NOT A FATHER”: BILL 1.904/2024 AND EDUCATIONAL PERSPECTIVES TO THINK ABOUT VIOLENCE

Betina Hillesheim²

Katiele Hundertmarck³

Resumo: As violências contra meninas, mulheres e demais corporalidades que podem gestar são um grave problema de alta incidência no nosso país. Por isso, neste artigo, objetivamos destacar e tensionar algumas violências presentes no Projeto de Lei 1.904/2024, que visa à criminalização de abortos no Brasil. À vista disso, realizamos uma pesquisa que produziu os dados a partir da análise documental do referido projeto de lei. Salientamos que o projeto (re)produz o ódio aos corpos das pessoas que podem gestar e faz apologia ao estupro, ao racismo e à aporofobia, que aparecem naturalizados. A principal contribuição deste artigo está no estímulo para pensar em perspectivas capazes de estranhar o estabelecido, suspeitando dessas violências que vêm estruturando a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Aborto; educação; violência.

Abstract: Violence against girls, women, and other bodies that can give birth is a serious and highly prevalent problem in our country. Hence, in this article, we aim to highlight and problematize some forms of violence present in Bill 1.904/2024, which aimed to criminalize abortions in Brazil. In view of this, we conducted a study that produced data based on a documentary analysis of the aforementioned bill. We emphasize that the bill both (re)produces hatred towards the bodies of people who can give birth and advocates rape, racism, and aporophobia, which appear naturalized. The main contribution of this article is to encourage thinking about perspectives that are capable of challenging what is established, by suspecting these forms of violence that have structured Brazilian society.

Keywords: Abortion; education; violence.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Agradecemos a Lene Belon pela revisão da estrutura e das normas gramaticais da língua portuguesa e tradução do título, resumo e palavras-chave em língua inglesa e ao Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional dos Servidores do Instituto Federal Farroupilha.

2 Doutora em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Psicologia - Universidade de Santa Cruz do Sul; E-mail: betinah@unisc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9486-5459>.

3 Doutoranda em Educação - Universidade de Santa Cruz do Sul; Enfermeira Escolar - Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos; E-mail: katieleh@mx2.unisc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8497-080X>.

Introdução

As violências são acontecimentos complexos, inclusive no que se refere à própria nomeação e/ou identificação (Marilena Chaui, 2021)⁴. Por estarem na estrutura social brasileira, as violências são difíceis de evitar isoladamente com medidas legais ou educativas, haja vista os modos como essas ações podem estar sendo implementadas no cotidiano. Por isso, conceituar, eliminar, prevenir ou mesmo punir as violências representa um desafio que ainda se faz presente na contemporaneidade, especialmente quando pensamos nas violências contra mulheres (Márcia Tiburi, 2020).

Esse cenário pode corresponder a violências estruturais, naturalizadas na composição da vida cotidiana brasileira, principalmente para as pessoas que apresentam um ou mais marcadores sociais de diferença, como gênero, raça e/ou classe social (Chaui, 2021). Para as mulheres que têm corpos marcados por essas diferenças, ser violentada é um evento diário. Muitas violências, arraigadas em ações, narrativas, discursos e instituições que nem mesmo conseguimos identificar, estão presentes no cotidiano, limitando-nos e perpetuando desigualdades, conforme pode ser constatado em todas as práticas discriminatórias que persistem na sociedade. Certas ações parecem ratificar que pessoas fora do padrão hegemônico – homem branco, cisgênero, rico, sem deficiências e heterossexual – não podem acessar todos os direitos humanos. Pensamos, nesse sentido, na desigualdade de acesso a lugares públicos, em que as meninas, as mulheres e todas as demais pessoas não cis-heteronormativas vivem com medo de andar na rua e de serem violentadas sexualmente e/ou agredidas fisicamente e psicologicamente.

De modo geral, os homens hegemônicos não percebem ou não têm a intenção de perceber que uma ação simples, como andar na rua, pode trazer muitos medos e riscos para corporalidades que diferem das deles. Infelizmente, esses homens ainda são a maioria das pessoas responsáveis pela elaboração e fiscalização das leis brasileiras, como é o caso dos que tiveram o poder de escrever e submeter o Projeto de Lei 1.904/2024, que tentava controlar outros corpos: os das meninas, das mulheres e das demais pessoas que podem gestar⁵. Esse é um exemplo da estrutura machista, sexista e misógina brasileira, que enraíza, nas suas práticas, a violência daqueles que

4 Neste artigo, em consideração às questões de gênero discutidas, optamos por citar o nome completo da autoria na primeira vez, a fim de visibilizar as mulheres que são autoras, bem como provocar o tensionamento com os modos machistas de citação de referências que utiliza somente o último sobrenome, herança patriarcal, geralmente pelo sobrenome paterno, conforme problematiza Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023).

5 Utilizamos a expressão *demais corporalidades que podem gestar para contemplar outros corpos diferentes das identidades de mulheres cisgêneras*, que historicamente são destacadas como potenciais gestantes. Logo, podemos pensar em corpos transmasculinos, não binários, agêneros, de gênero fluido, homens trans, boycetas, entre outros, denotando as pluralidades e multiplicidades de corpos que podem gestar, além das mulheres cisgêneras.

detêm os privilégios de organizar a vida social de modos tão desiguais e que pretendem naturalizar determinados padrões, excluindo das discussões e de direitos as pessoas que de fato sofrerão com essas decisões arbitrárias.

O Projeto de Lei 1.904, de 17 de maio de 2024, surgiu como mais uma forma de violência contra meninas, mulheres e demais corporalidades que podem gestar, na tentativa de ampliar a regulação sobre alguns corpos que podem ou não acessar a justiça reprodutiva. Segundo esse projeto, haveria a criminalização do aborto, com penalidade de reclusão de seis a 20 anos, para a pessoa gestante que fizesse o aborto ou para quem o realizasse sem consentimento da gestante. Nessa situação, o projeto de lei estabelecia a criminalização do aborto em idade gestacional de 22 semanas ou mais. A punição seria aplicada, inclusive, nas situações de gestação causada por estupro, o que atualmente é considerado como um caso para a realização de aborto legal. Por penalizar ainda mais as vítimas de estupro, “[...] movimentos feministas e que lutam pela defesa da vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam estão chamando o projeto de PL da Gravidez Infantil e PL do Estupro, conclamando reações com o slogan: *Criança não é mãe, estuprador não é pai*” (Luzinete Simões Minella *et al.*, 2024, p.3).

Há evidências de que o aborto surge como um evento comum na vida de meninas, mulheres e demais corporalidades que podem gestar, repetindo-se com o passar dos anos, com maior probabilidade de desfechos desfavoráveis quando realizado de modo inseguro, o que podemos considerar como um problema de saúde pública (Debora Diniz *et al.*, 2023). Embora as pesquisas sobre aborto no Brasil encontrem dificuldades de realização devido ao desafio de as pessoas revelarem que abortam/abortaram, tendo em vista o cenário de ilegalidade (Greice Menezes *et al.*, 2020), os dados, ainda que subestimados, sugerem que a expectativa, em 2021, foi de que 10% das mulheres realizaram pelo menos um aborto na vida; destas, as taxas mais altas são de pessoas negras, indígenas, pobres e com baixa escolaridade (Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, 2023). Esse também é o perfil de pessoas em maior risco de morte decorrente de aborto (Bruno Baptista Cardoso, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro Vieira e Valeria Saraceni, 2020).

Com o advento do PL do Estupro, que possibilitaria o retrocesso de importantes conquistas feministas em direitos sexuais e reprodutivos, objetivamos, neste escrito, destacar e tensionar como o Projeto vem ao encontro da reprodução de violências contra meninas, mulheres e todas as demais corporalidades que podem gestar, estranhando-o à luz dos Estudos Feministas e de Gênero (Judith Butler, 2024, 2021; Guacira Lopes Louro, 2020; Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021; Debora Diniz e Ivone Gebara, 2021). Além disso, entendemos que essas discussões podem

reverberar em perspectivas educativas e que a área da educação, como um campo de saberes e de fazeres, pode propiciar problematizações junto a estudantes e profissionais, haja vista que essas temáticas devem ser abordadas nas escolas, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), no Plano Nacional da Educação (Brasil, 2014) e na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Então, nossa intenção é destacar e problematizar as violências presentes no PL 1.904/2024 e instigar discussões na educação escolar, colocando-o sob suspeição.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa que produziu os dados a partir da análise documental do PL 1.904/2024, disponível no site da Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante e participação de outros 32 parlamentares, apresentado em 17 de maio de 2024 e que, por ocasião da escrita deste artigo, aguardava despacho do presidente da Câmara. Para Menga Lüdke e Marli André (2020), podem ser considerados documentos os materiais escritos, como neste caso, o projeto de lei. Nesta perspectiva, a análise documental identifica informações e permite verificar determinado contexto (Lüdke e André, 2020). Procedemos, deste modo, para a seleção de segmentos específicos do texto do projeto de lei, explorando o seu conteúdo a partir de destaques sobre as violências (re)produzidas.

1 Violências contra meninas, mulheres e demais corporalidades que podem gestar

As violências contra as mulheridades e demais corporalidades que podem gestar assume uma complexidade, uma vez que nomear o que é ou o que não é uma violência paira em desafios conceituais que contribuem para confundir as pessoas ao dizerem se sofrem/sofreram alguma situação violenta (Butler, 2021). A definição de violência perpassa pela multiplicidade de contextos e atores, como o Estado, que define o que será considerado como violência, quem é (ou não) uma pessoa violenta e quem é (ou não) uma pessoa vítima (Butler, 2021). Para discutirmos sobre isso, é preciso que façamos os exercícios de “[...] compreender e avaliar os modos como a violência é constituída e atribuída no interior de um campo de poder discursivo, social e estatal [...]” (Butler, 2021, p. 22). Trata-se, pois, de uma atividade que requer reflexão, indo além das leituras dos conceitos utilizados como balizadores da legislação para enquadrar uma ação como violenta. Desse modo, as interpretações podem ser contraditórias e dificultar a identificação, ampliando e perpetuando a naturalização de ações violentas.

Uma contradição a ser situada, de acordo com Chaui (2021), é a negação da violência cotidiana na realidade brasileira. Essa concepção pode afirmar que a violência é algo pontual, acidental e localizado, que ocorre em grupos específicos, como bandidos e migrantes pobres, e até mesmo em períodos específicos, em casos isolados. Além disso, há uma “inversão do real”, em que surgem dissimulações de ideias e valores violentos como se não o fossem (Chaui, 2021, p. 41). Para essa autora, “[...] o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem, o estupro é um ato feminino de provocação e sedução [...]” (Chaui, 2021, p. 41).

Logo, as violências podem passar despercebidas, pois podem estar disfarçadas na estrutura de práticas cotidianas, a tal ponto que nem sempre conseguimos identificá-las como violências. O PL 1904/2024, ao trazer uma proposta de texto de lei que reduz as pessoas à condição de coisas, contribui para a manutenção de relações de gênero desiguais, perpetuando as práticas violentas contra meninas, mulheres e demais corporalidades que podem gestar, enquanto afirma proteger a vida, podendo ser um exemplo dessa complexidade e naturalização das violências (Chaui, 2021).

As violências podem confundir, embaralhar, gerar controvérsias e, assim, nem ser notadas, reforçando padrões violentos mais sutis, que causam sofrimentos, constrangimentos, negligência de direitos e perda de oportunidades, entre outras, além de contribuírem para as altas incidências de feminicídios e violências sexuais, como os estupros. É importante pontuar que a sociedade passa por constantes transformações, ora mais progressistas, ora mais conservadoras, o que também culmina nos conceitos que operam sobre as violências. A Lei Maria da Penha, criada em 2006 (Brasil, 2006), é o reflexo da articulação da sociedade, a partir dos movimentos feministas, para legislar especificamente sobre as violências contra as mulheres⁶, entendendo-se que certas particularidades precisam ser observadas quando se trata de violências derivadas de relações desiguais entre pessoas que convivem. Deste modo, tem sido esta lei que conceitua o que é ou não uma violência contra as mulheres e assim, incide sobre como será possível, ou não, compreender sobre esses tipos de violências.

Dito isto, cabe situar que, no que se refere às violências doméstica e familiar, que compreendem relações de convivência e de afetos, consideram-se cinco formas de violências contra as mulheres: física, psicológica, sexual,

⁶ Utilizamos o termo *mulheridades* para contemplar as multiplicidades e pluralidades de ser e estar mulheres, conforme problematiza Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021).

patrimonial e moral. A violência física é qualquer conduta que cause ofensa à integridade e/ou à saúde corporal. A psicológica é aquela conduta que pode gerar danos emocionais e diminuição da autoestima, causar qualquer prejuízo ao pleno desenvolvimento ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, por meio de atitudes constrangedoras, ameaçadoras, humilhantes, manipuladoras, de isolamento, vigilância constante, perseguição, chantagem, insulto, ridicularização, violações de intimidade, exploração e/ou limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro modo de causar algum dano à saúde psicológica e à autodeterminação. A violência sexual é aquela prática que causa constrangimento a alguém por presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, por meio de ameaças, intimidação, coação e/ou uso de força, e que pode induzir uma pessoa a comercializar ou usar, de qualquer modo, a sua sexualidade, impedindo-a de utilizar métodos contraceptivos, forçando-a ao matrimônio, à gestação, ao aborto ou à prostituição, ou praticando qualquer outro ato que viole os direitos sexuais e reprodutivos. A violência patrimonial é aquela que causa dano parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, seja subtraindo, retendo ou destruindo. Por fim, a violência moral caracteriza-se pela calúnia, difamação ou injúria. Segundo a lei, quaisquer dessas formas de violência doméstica e/ou familiar contra as mulheres são violações dos direitos humanos (Brasil, 2006).

À vista disso, também somos convocadas a refletir que os corpos que materializam e/ou performam dentro das mulheres e aqueles que podem gestar estão mais expostos às violências. Para Butler (2021), há um menosprezo a essas violências, culpabilizando as vítimas ou atribuindo alguma doença ao criminoso como uma tentativa de desculpabilizá-lo. A impunidade, associada a toda a estrutura estatal, “[...] perpetua esse tipo de violência e dá licença para matar [...], o ato de violência representa a estrutura social, e esta excede todos os atos de violência pelos quais ela é exteriorizada e reproduzida” (Butler, 2021, p. 146-147). De acordo com esta autora, nós estamos submetidas aos homens hegemônicos para evitar a constante ameaça de morte, pela condição de matáveis, reforçada pelo sistema policial e judiciário, dadas as desigualdades de poder que “[...] determinam valor desigual às vidas [...]” (Butler, 2021, p. 30). Nesse contexto, estamos cotidianamente ameaçadas de violências, tanto que eliminar todas as formas de violências contra os nossos corpos ainda é a principal pauta feminista contemporânea (Tiburi, 2020).

Vimos com mais constância que os nossos direitos são ameaçados, explicitamente ou de forma distorcida, inclusive como se fossem uma estratégia de proteção, como é o caso do PL do Estuprador. Aliás, vivemos

retrocessos devido aos movimentos conservadores no Brasil, especialmente a partir do Golpe de 2016 (Claudia Vianna, 2018), com reiterados ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, tendo as agendas públicas marcadas por conservadorismo e ativismo religioso (João Bôsco Hora Góis, 2020).

Neste sentido, urge problematizar acerca de estratégias que violam os nossos direitos humanos, especialmente quando centralizam pautas polêmicas que disfarçam, mas ampliam, violências contra as mulheridades e demais corporalidades que podem gerar. Nesta ocasião, diferentemente de proteção a esse público, essas ações constroem mais desigualdades nas relações de gênero, intensificando violências. Olhar para o PL1.904/2024 como uma dessas estratégias violadoras é desnaturalizar violências que estão estruturadas na sociedade brasileira e discutir como atuam na propagação de narrativas misóginas, machistas e sexistas.

2 A pauta do aborto e o Projeto de Lei 1.904/2024

Especificamente sobre as políticas relacionadas ao aborto, quando pensamos sobre as violências contra os nossos corpos a partir da regulação de nossos direitos sexuais e reprodutivos, a criminalização deste vem como uma questão primordial. Esta pauta é desde sempre polêmica no Brasil, sendo alvo de avanços e retrocessos, estes marcadamente provocados pelos movimentos conservadores, que aplicam, de modo geral, a partir da colonialidade dos corpos e religiosidade hegemonicamente cristã e radical para punir e produzir narrativas punitivas contra as corporalidades que podem gerar⁷. Embora não sejam o tema de nossas discussões neste artigo, salientamos que as questões religiosas influenciam decisões, comportamentos e valores morais que regem a nossa sociedade ainda na contemporaneidade (Geni Núñez, 2023), encontrando nos parlamentos os representantes que produzem suas políticas antiaborto pelo viés religioso (Rayani Mariano e Luis Gustavo Teixeira da Silva, 2016). Historicamente, no cristianismo, por exemplo, a crença de que as pessoas estupradas somente engravidariam se, de alguma forma, assim o desejassem é uma concepção misógina que ainda (re)produz julgamentos daquelas que são violentadas como pessoas pecadoras (Margareth Rago, 2020).

Exemplificando algumas condutas violentas para controlar os nossos corpos, conforme Janiffer Tammy Gusso Zarpelon (2024, p. 343),

⁷ Cabe mencionar que nem todas as pessoas cristãs são radicais e contra o aborto. Como exemplos, há as participantes do movimento de Católicas pelo Direito de Decidir, uma organização de cristãs feministas que aborda a importância de as mulheres terem autonomia para decidirem sobre os seus corpos, e a atuação das pessoas da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto contra o PL 1.904/2024.

Em 2012, uma norma técnica do Ministério da Saúde (MS) recomendava limitar a realização do procedimento em até 20 semanas de gestação, algo que não está previsto na lei. Em 2020, sob o governo neoconservador de Jair Bolsonaro, outra portaria do MS orientava os médicos que informassem a polícia caso a interrupção da gravidez fosse decorrente de estupro. Os coletivos feministas criticaram fortemente essa medida por violar a previsão de sigilo em atendimentos de saúde e poder ocorrer a realização do aborto ilegal por parte das mulheres vítimas do estupro. Essa medida foi revogada no governo Lula, em 2023.

Todavia, nesse cenário de controvérsias e violências que perpassam os nossos corpos, no dia 23 de junho de 2024, uma postagem no Portal Catarinas no Instagram (@portalcatarinas) chamou-nos a atenção: “uma menina não se atrasa para chegar aos serviços de saúde. Nós que nos atrasamos em salvá-la da violência”, disse a estudiosa Diniz (2024) na entrevista concedida para jornalistas autoidentificadas como independentes, feministas e antirracistas, do estado de Santa Catarina. Diniz (2024) referia-se ao contexto efervescente de discussões sobre o PL 1.904/2024, que mobilizaram diversas contradições entre apoiadores e opositores de severas punições para o aborto no Brasil.

Quando Diniz (2024) faz a afirmação de que há atraso em salvar as infâncias das violências sexuais, ela se refere às gestações decorrentes de estupros de crianças e jovens brasileiras, afirmando que deveríamos garantir a proteção das infâncias – livres das violências sexuais – para que não fosse necessário uma criança peregrinar pelos serviços de saúde para ter acesso ao aborto seguro e legal, como vimos em recente caso da menina que precisou viajar até outro estado para acessar o serviço de saúde e realizar o aborto, após fortes movimentos conservadores e religiosos contrários (Diniz, 2023; G1 Espírito Santo, 2024).

É importante lembrarmos que o aborto é um fenômeno de saúde pública, fazendo parte da vida das pessoas, sendo mais comuns para aquelas que são negras, indígenas, com menor escolaridade e moradoras das regiões mais pobres, de acordo com pesquisa brasileira mais atualizada, realizada em 2021, que buscou verificar os perfis de pessoas que abortam (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2023). Estabelecidos esses perfis no Brasil, pode ficar mais acessível a compreensão de que os outros marcadores sociais da diferença – raça, etnia e classe – são acionados e se interseccionam para aumentar as opressões e os domínios sobre os corpos que podem gestar. Também se faz necessária a reflexão sobre a desoneração estatal nos casos de corpos que podem morrer devido a iniquidades no acesso à saúde e nas demais políticas

públicas: negros, indígenas e pobres (Françoise Vêrges, 2021; Patricia Hill Collins, 2024).

Especificamente, o PL 1.904/2024 foi apresentado em 17 maio de 2024 pelo Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (do Partido Liberal, representante do Rio de Janeiro) e assinado em parceria com outros deputados e deputadas da ala conservadora, religiosa e militar, alinhados à direita brasileira, e em sua maioria, do Partido Liberal. Alguns já trazem uma qualificação junto ao nome com que assinam o documento, como “Dep. Dr.”, “Dep. Pastor”, “Dep. Coronel”, “Dep. Capitão” e “Dep. Delegado”. Para contextualizar as premissas desses legisladores e legisladoras, esse é o atual partido do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), reconhecido pelas condutas conservadoras e criminosas, como os feminicídios de Estado, problematizados pela professora Mendes (2021), ao apontar a misoginia bolsonarista relacionada às mortes de mulheres por Covid-19⁸.

Nas pautas contra nossos corpos, o PL 1.904/2024 visa a fazer alterações no Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal Brasileiro, para criminalizar pessoas que provocassem aborto em si mesmas ou que consentissem que outra pessoa o fizesse depois da 22ª semana gestacional, o que seria considerado como homicídio simples. O Projeto também prevê a criminalização de quem provocasse o aborto sem o consentimento da gestante para gestação com mais de 22 semanas e a possibilidade de punição de aborto realizado por médico(a), mesmo se a gravidez adviesse de estupro, em situações de gestação além da 22ª semana. Tais infrações, comparadas a homicídio, teriam a pena de reclusão⁹ de 6 a 20 anos. Atualmente, a penalidade para o crime de estupro está prevista entre seis e dez anos de reclusão (Brasil, 1940). Ou seja, realizar um aborto em uma situação de gestação decorrente de estupro seria, por esse PL, passível de maior punição que a violência sexual sofrida. Em outras palavras, nessa questão repousa a repulsa da oposição ao PL ao argumentar sobre a penalidade ser maior contra as pessoas, que estupradas são vítimas de violências sexuais, do que as pessoas que praticam o estupro enquanto criminosos.

8 A argumentação de Mendes (2021) é a de que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro propagou desinformações a respeito da pandemia de Covid-19, chamando-a de “gripezinha”, bem como designando o uso de máscaras faciais como coisa de “covardes”/“maricas”, além de promover o uso de medicamentos não eficazes e o negacionismo da vacinação, somando-se a todas as negligências no gerenciamento da pandemia. Tais condutas levaram a autora a tecer a tese de que as mulheres tiveram as suas vidas precarizadas pela condução criminosa da pandemia de Covid-19 no Brasil, ampliando as possibilidades de mortes, especialmente das travestis, trans, negras, indígenas, quilombolas, grávidas e puérperas, a partir da misoginia promovida pelo bolsonarismo. Isso nos demonstra as pautas contra os direitos humanos defendidas pelo bolsonarismo, que segue atuante no Legislativo e na sociedade brasileira.

9 Reclusão é a penalidade para crimes mais graves, sendo a pena aplicada inicialmente em regime fechado. A detenção é aplicada em casos menos graves, não podendo ser cumprida em regime fechado. Logo, verificamos que há uma intencionalidade, de acordo com o PL 1.904/2024, em ampliar e qualificar a criminalidade das meninas, mulheres e demais pessoas que podem gestar.

Vale trazer que o que está em vigor hoje em dia, de acordo com o Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940), é o regramento de penalidades de um a três anos de detenção para abortos provocados pela gestante ou com o seu consentimento; de três a dez anos de reclusão para abortos provocados por terceiros, sem o consentimento da gestante; e de um a quatro anos de reclusão para quem provoque aborto com o consentimento da gestante. Não há punição para aborto praticado por médico(a) para salvar a vida da gestante e no caso de gravidez resultante de estupro e com consentimento da pessoa gestante. Também está previsto, por uma ação do Supremo Tribunal Federal, o aborto em caso de fetos com anencefalia. Importante salientar que, para o Código Penal em vigência, não há menção ao tempo gestacional.

O PL, portanto, visa à punição mais severa das pessoas que abortam, sendo presas já em regime fechado em cadeia, como homicidas. Além disso, o PL concorre para desejar e planejar a morte daquelas que não podem pagar por um cuidado mais digno de saúde: as pessoas mais pobres, negras, indígenas e periféricas, reforçando cenários precarizados de cuidado à saúde.

Neste projeto, é possível destacar algumas violências: a) ampliação e ratificação do ódio aos corpos das pessoas que podem gestar, principalmente das mulheridades; b) apologia ao estupro e às demais violências sexuais contra as pessoas que podem gestar, principalmente as mulheridades e as infâncias; c) reforço dos pressupostos machistas e sexistas na decisão de gestar; d) reforço e manutenção das injustiças reprodutivas; e d) reprodução do racismo e da aporofobia.

Desse modo, a instituição estatal perpetua as violências contra corpos específicos ao impor retrocessos nas nossas vidas, sustentando e encorajando o ódio contra nossos corpos (Vérges, 2021). Logo, a criminalização do aborto pode ser considerada como uma forma de discriminação de gênero (Simã Catarina de Lima Pinto, 2022). Vale enfatizar que

a criminalização do aborto, além de não coibir a prática, faz parte de um processo de desumanização das mulheres negras e indígenas que teve início com a colonização no Brasil e que se perpetua nas políticas do Estado nos dias de hoje, que vulnerabiliza ainda mais essas milhares de mulheres que, na maioria das vezes, não possuem outra escolha que não seja se submeter aos abortos clandestinos que podem levar à sua morte. A proibição do aborto é um aparato patriarcal, colonial, capitalista e racista que controla as mulheres por meio de estratégias que incidem sobre os seus corpos, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva. (Ana Claudia da Silva Abreu, 2023, p. 39).

Portanto, não é pela via da ilegalidade que as pessoas vão deixar de abortar, se esse é um fenômeno que perpassa a vida das pessoas, independentemente da legalização. Assim, as pessoas que incorrem na insegurança de abortos clandestinos tendem a ter mais riscos de morrer, sendo justamente as mais pobres, as negras, as indígenas e as com pouca escolaridade que sofrem mais ainda com tais desigualdades. Mesmo com o aborto sendo ilegal no Brasil, pessoas com mais recursos financeiros podem recorrer a serviços de saúde de outros países onde o aborto é descriminalizado (Giovana Oliveira Montanher *et al.*, 2024). Desse modo, reconhecer que as desigualdades de gênero, raça e classe impactam nos desfechos de saúde relacionados ao aborto é primordial para proporcionar outras discussões acerca do acesso ao aborto seguro para todas as pessoas que precisarem (Montanher *et al.*, 2024).

É notório que a extrema-direita, no contexto brasileiro, vem há tempos tentando tumultuar todas as pautas que possam gerar revolta nas pessoas que se alinham com a esquerda ou com questões mais progressistas. Ainda que sem respaldo legal previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988), parece-nos que a intenção maior possa ser instigar posicionamentos que gerem uma espécie de pânico ou comoção social com temáticas “mais sensíveis” à opinião pública, pois podem causar divergências e conflitos, estabelecendo uma necessidade de posição quanto à temática.

Localmente, é possível imaginar o quanto essa comoção relativa ao aborto pode ter adentrado nas casas, nas escolas, nas igrejas e demais congregações religiosas, nas câmaras municipais e prefeituras. Esse tema reverberou e ainda causa comoção no país, gerando diversas mobilizações a favor e contra o aborto, também contribuindo com a produção de narrativas sobre o assunto, inclusive constrangendo movimentos sociais a se posicionarem. Também por conta disso, as discussões promovidas pela área da educação podem agregar essas problematizações na sala de aula, com vistas a provocar reflexões que mobilizam a vida social das pessoas. Desse modo, é interessante propiciar a reflexão sobre o quanto as violências se fazem presentes no texto do PL 1.904/2024.

Pelo PL 1.904/2024, fica nítida a intenção de punir as mulheridades estupradas, em favor do estuprador. Dessa forma, reforça-se a permissão para violar os corpos das mulheridades, e os criminosos são incentivados a cometer violências sexuais, pois suas punições, se acontecerem, serão menores do que as das vítimas de estupro, ou seja, por esse projeto, uma pessoa vítima de estupro pode ser mais severamente punida do que o seu estuprador. Esse contexto diz da misoginia que está estruturada na sociedade brasileira, que insiste em regar os corpos das mulheridades, estabelecendo o

que podem ou não fazer. Nesse sentido, podemos identificar a consideração mais cruel do Projeto: a permissão para continuar a estuprar crianças e demais pessoas que podem gestar! Precisamos salientar que, em nada, o PL 1.904/2024 se refere a medidas de prevenção de violências sexuais; assim, o grande problema seria o aborto, e não as violências que motivam os abortos e/ou uma gestação não intencional. Ressaltamos, assim, as violências de gênero presentes nesse projeto que, além de incentivar a punição e insegurança para as pessoas que abortam, também atinge os(as) profissionais da saúde, os(as) quais podem se ver acuados(as) com relação a não realizarem abortos, previstos na legislação atual, com o temor de serem punidos(as) por alguma conduta.

É evidente que ainda existem barreiras religiosas, políticas e legais para o acesso ao aborto seguro e legal no Brasil (Mariano e Silva, 2016). O fato é que as pessoas abortam e que precisamos de mecanismos para tornar os abortos seguros e acessíveis para todas as pessoas, não somente para aquelas que podem dispor de mais recursos financeiros para a garantia de um cuidado de saúde digno. Trata-se de garantir, em oposição ao PL, que nenhuma pessoa morra ou seja presa ao realizar um aborto. Idealmente, todas as pessoas deveriam ter acesso a uma educação para as sexualidades em tempo oportuno, com ampla discussão sobre as saúdes sexual e reprodutiva, acesso a métodos contraceptivos e, especialmente, a possibilidade de conviver em ambientes livres das violências sexuais, que podem causar uma gestação não desejada e tantos outros sofrimentos.

Concordamos com Debora Diniz e Giselle Carino (2023) que é preciso aprender e falar sobre as necessidades das pessoas que realizam aborto do seu ponto de vista, o que é importante para quem vivencia essa situação, e não por perspectivas de quem estuda ou legisla sobre aborto, sem qualquer conexão com a realidade das mulheres. Nesse sentido, o PL 1.904/2024 vai de encontro a uma política que possa contemplar necessidades das meninas, mulheres e demais pessoas que possam gestar. Em nossas perspectivas, o projeto é uma estratégia de violação dos direitos humanos, retomando pautas familistas religiosas e conservadoras.

Pela concepção de ampliar e ratificar o ódio aos corpos das pessoas que podem gestar, o PL propaga narrativas que podem fazer a sociedade pensar que as pessoas que abortam são más, indignas e criminosas por não respeitarem à vida do feto em desenvolvimento. Aliás, esse discurso tem sido utilizado na defesa de que a vida do(a) bebê é renegada pelo ato de abortar em detrimento da vida das pessoas que abortam. Ou seja, a argumentação utilizada pelo projeto visa trazer criminalidade para evidenciar um ato errado

realizado pelas corporalidades que podem gestar, descontextualizadas dos cenários de falta de acesso aos cuidados de saúde em tempo oportuno, como a educação para as sexualidades, atividade tão atacada pelos conservadorismos.

Neste sentido, o PL também reforça pressupostos machistas condizentes com perspectivas familistas de concepção universalizante e idealizada por padrões cristãos e coloniais. Ao descarregar a responsabilidade pela gestação - e aborto - somente aos corpos que podem gestar, promove uma narrativa única de que este modelo de família está sendo ameaçado por essas pessoas que podem abortar e para isso, seriam necessários acionar mecanismos punitivos condizentes com a repressão mais intensa e intimidativa.

No que se refere a reprodução do racismo e aporofobia, o PL registra a narrativa de punição ao aborto direcionado para quem mais tem recorrido a ele: pessoas pobres, menos escolarizadas, negras e indígenas. Ao limitar os direitos sexuais e reprodutivos, o projeto viabiliza ampliar as iniquidades de cuidado à saúde, tornando mais inseguro - e por conta disso mais precarizado e letal - o aborto, mesmo nas situações que hoje são legais, como acontece com os abortos decorrentes de violências sexuais. Neste sentido, o PL reforça que pessoas pobres, negras e indígenas podem morrer e/ou serem criminalizadas, bem como desonera o poder estatal de trabalhar no combate às desigualdades sociais e raciais que contribuem para a desassistência dessa população.

Como outro agravante, é importante registrar que o PL 1.904/2024 tramitou em situação de urgência, em uma “votação relâmpago”, pela Câmara dos Deputados, em 12 de junho de 2024 (Minella *et al.*, 2024 p.2). As decisões votadas rapidamente pelo Poder Legislativo denotam a continuidade de um planejamento machista, patriarcal e familista de construção de narrativas dramáticas, que geram pânico moral¹⁰. Neste sentido, evidencia-se que rapidez na votação é uma estratégia de que as reiteradas violências possam passar despercebidas por parcelas da população, que sem o tempo devido de compreender e refletir sobre a temática, podem não identificar o quanto o projeto de lei envolve-se com limitação de direitos e criminalização de condutas de cuidado de saúde, o que é uma ação corriqueira utilizada em pautas mais polêmicas, pelo parlamento brasileiro (Suely Rolnik, 2018).

Em contrapartida, felizmente, de acordo com Minella *et al.* (2024, p. 3),

10 Pânico moral em relação às questões de gênero desenvolvidas neste artigo referem-se ao acionamento de estratégias fantasmagóricas em que haveria possibilidades de destruição da família, do modo universal e idealmente pregado pelas perspectivas cristãs e coloniais, de doutrinação e transformação do mundo do modo como o conhecemos, aterrorizando as pessoas com possibilidades de vivências diferentes, o que as pessoas, motivadas por essa possibilidade, podem ser levadas a confrontar quaisquer alterações sociais que - fantasiosamente - as colocariam em algum perigo em relação a continuidade ao seu modo de viver universalizado (Butler, 2024).

as manifestações contra o PL do Aborto ganharam força política nas redes sociais e nas ruas do país com significativas marchas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Florianópolis e outras cidades. As numerosas e intensas manifestações provocaram o recuo do Presidente da Câmara ao afirmar que a aprovação da urgência não significa consenso e que a relatora (ainda não definida, com apenas a promessa de que será uma mulher) é quem dará o tom do texto final, o que não agradou à bancada do aborto.

Neste quesito, foi a mobilização social organizada que provocou deslocamentos na ritualidade proferida pelo parlamento, denunciando a estratégia metodológica adotada para barrar os direitos e ampliar a criminalização do aborto. Faz-se necessário salientar que as deputadas progressistas Fernanda Melchionna e Sâmia Bonfim, do Partido Socialismo e Liberdade, apresentaram, em 17 de junho de 2024, um requerimento para a devolução do PL, justificando sua inconstitucionalidade. No requerimento, as deputadas escreveram que

o PL 1904/24 viola os direitos constitucionais à vida, a igualdade e a não discriminação, previstos nos art. 3º, IV, art. 5º, caput da CF/88, pois impõe distinções entre pessoas que têm igual direito ao aborto legal e devem dispor da mesma atenção para a concretização desse direito, conforme as particularidades de seus casos. Esse ato discriminatório incide em uma população especialmente vulnerabilizada e que já enfrenta uma série de obstáculos para o acesso ao direito, que vão desde a dificuldade no rompimento do ciclo da violência à frequente suspeição de seus testemunhos por parte dos profissionais de saúde [...] Ao privar as vítimas de violência sexual do acesso ao melhor tratamento em saúde para os casos já assegurados por lei, limitando a excludente de ilicitude aos casos de gravidez com menos de 22 semanas, o Projeto de Lei nº 1904/2024 conduz a um cenário de manutenção compulsória dessas gestações, violando frontalmente o direito constitucional dessas vítimas de não serem submetidas à tortura ou a tratamentos cruéis e desumanos, previsto no art. 5º, incisos III e XLVII da Constituição Federal de 1988 (Melchionna e Bonfim, 2024, p.2-3).

Até o dia 14 de setembro de 2025, o PL do Estuprador constava como “Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados”, e a última ação é de 14 de agosto de 2024, onde se lê:

Aprovado o requerimento nº 44/2024, da Sra. Chris Tonietto que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1904/2024, que acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências (Câmara dos Deputados, 2024).

As discussões seguem abertas e, a qualquer momento, podem ressurgir e mobilizar a população brasileira para a votação. Nossa atenção, portanto, é necessária, haja vista que tais temáticas são polêmicas e contêm perspectivas religiosas e conservadoras capazes de favorecer e ampliar as injustiças sexuais e reprodutivas. Por ora adiados, não podemos esquecer que os debates poderão ser retomados (Zarpelon, 2024). De todo modo, vale reforçar que, mesmo sem aprovação do PL até o momento, as narrativas propagadas pelo projeto circulam pelo país, reforçando o pânico moral instaurando e podendo reverberar em diferentes instâncias, inclusive nas políticas públicas de saúde, de educação e nas articulações políticas com aspirações eleitorais. Neste sentido, cabe o tensionamento de pensarmos sobre os modos como o projeto de lei contém pedagogias capazes de nos educar, como iremos discutir a seguir e como podemos desnaturalizar as suas violências.

3 Tecendo perspectivas educativas para pensar as violências e sua prevenção

De imediato, sabemos que é preciso tecer pensamentos sobre outras formas de relacionarmo-nos com a possibilidade de livramento das violências contra os nossos corpos. Não é por meio da eliminação do patriarcado, da racialização ou do capitalismo, nem mediante o aumento das leis punitivas, que vamos acabar com as violências (Vérgues, 2021). Reconhecer que nem todas as pessoas e instituições são violentas pode ser o passo inicial para dialogarmos. Seguimos o pensamento de Vérgues (2021), para quem os nossos feminismos devem ser no sentido de acreditar que outro mundo é possível dentro deste mundo, onde sejamos todas livres das violências que tanto nos ferem e matam. Imaginar é preciso! E esse tem sido o nosso modo de tecer resistências às violências contra os corpos que podem gestar: inventar outras relações possíveis para que todos os corpos possam viver. Começamos escrevendo sobre isso, tentando socializar outros tensionamentos para não naturalizarmos as violências presentes no PL 1.904/2024.

Não se trata de romantizar uma vida linda, universal e sem conflitos, mas de imaginar o quase impossível, pensando-o como possível em alguma medida. É preciso imaginar a vida sem violências, sim. Para isso, não convêm

simplificações. Se as violências são complexas, suas respostas também vão precisar ser. Estamos fazendo apostas de que imaginar pode ser a nossa possibilidade de criar outro mundo, com mais justiça e equidade para todas nós. É por isso que nos aliamos às pessoas que estudam sobre os gêneros e nos dizem o quanto é preciso desconstruir as estruturas que nos violentam (Nascimento, 2021). É necessário tensionar, em nossos locais de atuação – especialmente nos espaços educativos –, o quanto o PL do Estuprador violenta meninas, mulheres e demais pessoas que podem gestar, em vez de protegê-las, em um cenário social cada vez mais machista, misógino, violento, racista e classista.

Romper com as violências pode ser sobre preparar os espaços para acolher todas as corporalidades: pessoas que não querem e/ou não podem gestar, pessoas que detêm autonomia sobre seus corpos, que têm o direito de fazer o que quiserem (desde que respeitem os corpos alheios), pessoas que têm o direito de viver sem estupros e outras violências sexuais. Que tenhamos respeitados os nossos direitos a uma vida digna, com justiça reprodutiva, saúde, educação... Uma vida sem violências.

Acreditamos que, quando trazemos essas situações e apontamos as violências, provocando deslocamentos, estamos causando deslocamentos nesse modo sistemático de naturalização das violências contra os nossos corpos, embora saibamos que sejam de difícil prevenção devido às suas complexidades (Victoria Leslyê Rocha Gutmann, Camila Daiane Silva e Cristiane Lopes Amarijo, 2023).

Na medida em que se compreende, a partir de Michel Foucault (2004), que os discursos “formam sistematicamente os objetos de que falam” (p. 55), podemos entender que o PL, produzido a partir de diferentes discursos (médicos, biológicos, religiosos, psicológicos etc.), atua como uma pedagogia cultural, ou seja, como discute Alcidesio Oliveira da Silva Júnior. (2023), disseminam aprendizagens sobre relações de gênero e sexualidade que ultrapassam os espaços escolares formais, constituindo formas de subjetivação. Nesta perspectiva, é possível inferir algumas aprendizagens que são produzidas a partir da proposta deste projeto de lei.

Assim, depreende-se que o PL 1.904/2024 pode ensinar sobre a naturalização do ódio aos corpos das pessoas que podem gestar e precisam recorrer a abortos em algum momento de suas vidas, especialmente as mulheres, vistas como destuidoras dessa família idealizada pelo ponto de vista cristã e colonial. Em outras palavras, ao direcionar a responsabilização do aborto – de modo descontextualizado e isolado – para pessoas específicas, o PL promove uma individualização do problema social da (in)justiça

reprodutiva, que visa punir, sem discutir outros determinantes sociais dos casos de que recorrer ao aborto pode ser uma estratégia para as iniquidades de cuidado a saúde em tempo oportuno, de falta de acesso aos direitos sociais e reprodutivos (incluindo informações de educação para as sexualidades), violências sexuais, entre outros.

Ao isolar o aborto como um fenômeno a ser criminalizado, todas responsabilizações recaem sobre uma pessoa e não sobre uma estrutura social designada pelas desigualdades nas relações de poder. Tendo em vista os discursos sobre gênero e sexualidade propagados pelo PL, há a reiteração também de incentivo ao estupro e às demais violências sexuais contra as pessoas que podem gestar, principalmente as mulheridades e as infâncias, pois essas seguem sendo reafirmadas como causadoras dessas situações. Em outras palavras, o projeto 1.904/2024, especialmente ao utilizar a estratégia de tornar o aborto como crime punido de modo mais severo do que o próprio de quem estupra, pode estar ensinando que é mais grave - e condenável moralmente - quem realiza um aborto do que quem faz uma violência sexual - violando o corpo e infringindo os direitos sexuais e reprodutivos de outra pessoa. A produção da narrativa supracitada ganha forças e para isso, a necessidade de intervenção de movimentos contra a criminalização do aborto que apoiaram-se no *slogan* “criança não é mãe, estuprador não é pai”, na tentativa de fazer um apelo social para que crianças vítimas de violências sexuais não sofressem mais violências ao não terem o direito de abortar, do mesmo modo que explicar que pai não pode ser aquele que causou a violência sexual, na eminência da aprovação do projeto como lei a vigorar no Brasil.

Neste contexto, a pauta do aborto apresentada pelo PL 1.904/2024 também propiciou um engajamento da população pela causa antiaborto, no sentido de causar maior estima à vida do feto em desenvolvimento, mesmo que este tenha sido em decorrência de uma violência sexual contra uma criança. Desse modo, o PL envolve-se na manutenção das injustiças sociais reprodutivas, que se implicam sobre os corpos das pessoas que podem gestar, sobre ele descarregando todas as responsabilidades sociais de abortar ou não. Neste sentido, o projeto, como uma pedagogia cultural, produz formas de ver e compreender a problemática do aborto como algo individual das mulheridades e demais corporalidades que podem gestar e, assim, as consequências advindas dos abortos da mesma forma.

Por conta disso, depreendemos deste PL também sobre a reprodução dos modos racistas e classistas de gerenciar a vida sexual e reprodutiva das pessoas que podem gestar. Considerando que as pessoas que mais abortam no Brasil são negras, indígenas, pobres e com baixa escolarização,

o PL vem a reforçar a falta de acesso aos cuidados de saúde, de educação para as sexualidades e toda uma estrutura que se desenvolve para manter na insegurança essas pessoas, que podem ser desprezíveis, de acordo com esse projeto. Por esta perspectiva, o PL reforça a marginalização e exclusão dessas pessoas, cada vez mais postas a precarização e letalidade dos abortos clandestinos, mesmo quando teriam direito ao uso do aborto seguro e legal.

De todo modo, o PL faz circular discursos conservadores sobre o aborto, afastando a sociedade de discussões e acesso às informações de saúde. Diante disto, instituições e profissionais de saúde podem se constituir como reprodutores(as) das narrativas classistas, machistas e racistas propagadas pelo PL.

Em atenção ao aparato pedagógico do projeto, por ora, se alguém, dentre nossas leitoras e leitores, ainda não tinha pensado sobre isso e agora está aqui fazendo algumas reflexões sobre essa temática, já estamos mobilizando as estruturas que estavam previamente estáveis dentro desse padrão de ser/estar violento. Minimamente, estamos aqui dizendo: isso é uma violência contra os nossos corpos e não queremos que siga acontecendo, nem que se reproduza ao longo dos tempos.

Apontar, nessas situações, as violências contra os nossos corpos, reconhecendo que essas ações são estruturais, e não pontuais e isoladas, permite estranhar o mundo que nos é dado: com muitas violências contra meninas, mulheres e todas as pessoas que podem gestar. Imaginar é, desse modo, a possibilidade de um amanhã talvez melhor para todas nós (Gebara, 2022), pois a “a imaginação nos diz que é possível criar outras formas de vida na vida” (Gebara, 2022, p.61). Pode-se dizer que

a imaginação - e o que é imaginável - se tornará crucial para analisar esse argumento, pois estamos vivendo um período em que somos eticamente forçados e impelidos a pensar para além dos chamados limites realistas do possível (Butler, 2021, p. 39).

Traçar estratégias questionadoras dessas violências passa por estranhar nossos relacionamentos. Como nossos contextos contemporâneos permitem a criação de um PL que favorece o estupro e criminaliza uma situação de aborto que já é legalizada? As relações desiguais de poder que visam a submeter nossos corpos para a manutenção de outros em privilégio por meio de ações violentas precisam encontrar-se com respostas abundantes e adequadas. Para isso, nas mobilizações,

o feminismo tem lutado muito por um processo de desimaginar o mundo patriarcal para imaginar um outro, que no fundo está também desenhado em nosso coração, mas que precisamos cultivar, regar, nutrir, partilhar e fazer com que seja bom para muitas e muitos. O feminismo tem lutado contra a violência naturalizada contra as mulheres, que se faz não apenas de forma direta, mas se faz através dos conteúdos culturais [...] (Gebara, 2022, p. 58).

Especificamente na pauta do aborto, há de se reconhecerem os movimentos latino-americanos de resistência, que lutam pelos direitos das meninas, mulheres e demais pessoas que podem gestar e por abortos seguros para todas as pessoas. Como importante exemplo, podemos citar o *Ola Verde*, traduzido como *Maré Verde*, iniciado na Argentina para garantir o aborto como um direito à saúde, contribuindo para a aprovação, em dezembro de 2020, da Lei de Interrupção Voluntária de Gravidez para as argentinas. Para as mexicanas, em 2021, ocorreu a descriminalização do aborto; já para as chilenas, também em 2021, abriu-se a possibilidade de realização do aborto até as 14 semanas de gestação. Em 2022, a Colômbia descriminalizou o aborto até 24 semanas de gravidez (Zarpelon, 2024). Imaginar outros mundos possíveis, tão perto de nós, talvez nos impulse para questionarmos as injustiças reprodutivas, nosso inaccessível ao aborto seguro e a regulação de nossos corpos reprodutivos. Além disso, acreditamos que se faz salutar “[...] desconfiar do estabelecido, do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre.” (Louro, 2020, p. 102).

É preciso, pois, mantermo-nos alertas às pautas que podem impactar na retirada dos nossos direitos, pois, como vimos, as instabilidades que permeiam as nossas corporalidades entoam a constante necessidade de suspeitar das práticas à nossa volta, como as intencionalidades da legislação. Vale ressaltar que essa proposta de criminalização do aborto “[...] demonstra a fragilidade e a debilidade dos direitos fundamentais das mulheres que sequer chegaram a ser reconhecidos de fato” (Pinto, 2022, p. 240), ou seja, nossos direitos são precarizáveis.

4 Para não finalizar: provocando estranhamentos

As violências contra meninas, mulheres e demais corpos que podem gestar foram apresentadas nesta discussão tendo em conta o recrudescimento dos movimentos conservadores que têm adquirido notoriedade nos últimos tempos ao tentarem a criminalização do aborto por meio do PL 1.904/ 2024.

Infelizmente, a notoriedade das discussões em torno das violências desse PL não é capaz de eliminar todas as formas de violências. Pelo contrário, pode ampliar e manter o status machista, patriarcal e familista brasileiro (Rolnik, 2018).

Como destacou Chauí (2021), a violência está na estrutura da sociedade brasileira. As violências são cotidianas, são uma pauta coletiva, não pertencem a um grupo ou outro, nem a uma situação ou acontecimento pontual. Elas são persistentes e atualizadas, apesar das legislações que pretendem coibi-las. Reconhecer essas violências em nossa estrutura social é essencial para questionar as estratégias e relações de poder utilizadas na manutenção desses padrões, como discutimos no caso do PL 1.904/2024 sobre o aborto.

Parece-nos oportuno revisitar essa situação para provocar questionamentos sobre as violências e a forma como as pessoas que podem gestar estão, desde sempre, sofrendo e resistindo a esses contextos. Poderíamos ter selecionado outras situações, porque essas violências seguem acontecendo, como defendemos aqui, mas fomos afetadas por esta que destacamos e por tantas outras que se somaram para compor estas escritas. Por isso, escrevemos, considerando todas as situações que perpassam os corpos negros, indígenas, pobres e de pouca escolaridade que foram assassinados, estuprados, humilhados, explorados, constrangidos e limitados em suas vidas, organizando a nossa raiva para compor estas escritas.

Dessa perspectiva, a dimensão educativa da situação discutida ganha repercussão por poder concorrer para ensinar sobre modos de ser e estar, sobre as qualificações do aborto no Brasil, uma temática sempre polêmica, sobre os contextos que permitem e mantêm as violências, assim como sobre as aberturas para práticas de resistências e visibilidades relativas a essas questões. A socialização dessa situação pela mídia pode educar a população sobre esses assuntos e ampliar os espaços de construção de outras formas de discutir e imaginar modos de viver livres das violências.

Em nossas perspectivas feministas diante desse caso, coube salientar as violências para não as naturalizar, tentando trazer outras discussões que possam nos fazer estranhar essa situação e imaginar outros mundos possíveis e vivíveis para todas nós. Os tensionamentos permanecem inconclusivos, aguardando novas e oportunas reflexões para fissurar, cada vez mais, essas e todas as demais violências contra nossos corpos não hegemônicos. Quisera a educação articular-se com outras instâncias para relembrar as situações violentas, refletir a partir delas e promover discussões outras que cada vez mais mobilizem a comunidade escolar/acadêmica.

Consideramos que a temática se faz de interesse da área da educação, especialmente em nossos contextos estruturais de violências, que contemporaneamente, mesmo com os ativismos para combatê-las e as legislações para coibi-las, persistem em nosso cotidiano. À vista disso, pensamos que tensionar as violências presentes no PL 1.904/2024 é fundamental para problematizar outros modos de relacionar-se e de viver livres desses agravos.

Estas escritas, portanto, seguem abertas para novos e oportunos estranhamentos, a fim de que nenhuma violência seja tolerada e de que as estruturas que a sustentam possam ser fissuradas, a cada nova reflexão, a cada nova discussão, a cada novo e oportuno tensionamento. O convite é para estranhar o estabelecido, suspeitando das situações que podem violentar, como proposto por Louro (2020), sendo esse estranhamento um atributo pertinente também à educação.

Referências

ABREU, Ana Claudia da Silva. Descolonizando corpos: feminicídio reprodutivo e a coculpabilidade do Estado. **Argumentum**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 38–52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39005>. Acesso em: 21 de set. de 2025.

BRASIL. **Base Comum Curricular Nacional**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 de set. de 2024.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 de set. de 2024.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2024.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de fev.de 2025.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político.** São Paulo: Boitempo, 2021, 166p.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024, 272p.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022, 198p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF). **Aprovado o requerimento nº 44/2024, da Sra. Chris Tonietto que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1904/2024,** 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? **Caderno de Saúde Pública**, v.36, n.1, p.1-13, 2020. Disponível em; <https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. Desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 236-257, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33867>. Acesso em: 22 de out. de 2024.

CAVALCANTE, Sóstenes. **Projeto de Lei 1904/2024.** Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2425262&filename=Tramitacao-PL%201904/2024. Acesso em: 12 de fev. de 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021, 317p.

CNN BRASIL. **Trump assina ação executiva proibindo mulheres trans em esportes femininos**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-assina-acao-executiva-proibindo-mulheres-trans-em-esportes-femininos/>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: raça, gênero e violência**. São Paulo: Boitempo, 2024, 318p.

DINIZ, Debora, GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, 276p.

DINIZ, Debora. Uma menina na casa: estupro, aborto e a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Argumentum Debate**, v.15, n.1, p.8-11, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40646/27023>. Acesso em: 27 de set. de 2024.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. What can be learned from the Global South on abortion and how we can learn? **Developing World Bioeth**, v.23, p.3-4, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/dewb.12385>. Acesso em: 27 de set. de 2024.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto – Brasil, 2021. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.28, n.6, p.1601-1606, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 de set. de 2024.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; GOÊS, Emanuelle. Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.28, n.1, p.3085-3092, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2023.v28n1/3085-3092/pt>. Acesso em 03 de nov. de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Relembre o caso da criança de 10 anos que fez aborto legal após estupro no ES**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/06/25/relembre-o-caso-da-crianca-de-10-anos-que-fez-aborto-legal-apos-estupro-no-es.ghtml>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

GEBARA, Ivone. Imaginar. In: DINIZ, Debora, GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p.50-61.

GÓIS, João Bôsko Hora. Inclusão na agenda pública, ativismo religioso e retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos: o caso do aborto. **Revista Gênero**, v.20, n.2 p.323-341, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/44581/25634>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

GUTMANN, Victoria Leslyê Rocha; SILVA, Camila Daiane; AMARIJO, Cristiane Lopes. É possível prevenir a violência? Percepções de Mulheres e Homens Usuários da Estratégia Saúde da Família. **Revista Contexto e Educação**, v.38, n.120, p.1-14, 2023. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13422>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3ªed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020b, 109p.

LUCAS, John. Trump determina o fim da ideologia de gênero em agências do governo dos EUA. **Gazeta do Povo**, 2025. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/trump-determina-o-fim-da-ideologia-de-genero-em-agencias-do-governo-dos-eua/>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ªed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020, 112p.

MARIANO, Rayani; SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. O direito à vida como ponto de partida para a análise do debate parlamentar sobre o aborto no Brasil e no Uruguai. **Revista Gênero**, v.17, n.1, p. 139 - 169, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31251/18340>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

MELCHIONA, Fernanda; BOMFIM, Samia. **Requerimento 2229/2024**. Requer seja determinada a devolução do Projeto de Lei 1.904, de 2024, ao seu autor, por evidente inconstitucionalidade, Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2437843&filename=Tramitacao-PL%201904/2024. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

MENDES, Soraia da Rosa. **Feminicídio de Estado: a misoginia bolsonarista e as mortes de mulheres por Covid-19**. São Paulo: Blimunda, 2021, 136 p.

MENEZES, Greice M. S.; AQUINO, Estela M. L.; FONSECA, Sandra Costa; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira. Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.1, p.1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/>

C5N3RmP8TySscVPpqx5B4Vf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismos contra calamidades, guerras e conservadorismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p.11-10, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/TSpJwrYQYyHqjqf4NPJkTd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de nov. de 2024.

MONTANHER, Giovana Oliveira; RONCHI, Nathália; MATA, Lorene Celem da; GUIMARÃES, Ana Flávia Tomasi; CREVELARO, Ana Gabriela. A intersecção entre direitos das mulheres e a criminalização do aborto: breve análise do projeto de Lei nº 1.904/2024. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.8, p.01-16, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6317/4046>. Acesso em: 03 de nov. de 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192p.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023, 92p.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Indignada, revoltada como que fizeram como meu artigo. Brasil, 01 ago. 2023. Instagram: @meggrayaragomesde. Disponível em: <https://instagram.com/meggrayaragomesde?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 1 de ago. de 2023.

PINTO, Simã Catarina de Lima. Corpos femininos sob controle: a criminalização do aborto no Brasil. **Revista Gênero**, v. 22, n. 2, p. 223-244, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/48247/31394> <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/48247/31394>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

RAGO, Margareth. Femininos e Resistências: viver diferentemente o presente. In: BRAGA, Amanda (org.). **Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2020, p. 207-227.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo; n-1 edições, 2018, 208p.

SILVA JÚNIOR, Alcidesio Oliveira da. Cultura e educação: como operam as pedagogias culturais? **Educação, Sociedade & Culturas**, n.64, pp. 1-21, março de 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24840/esc.vi64468> Acesso em: 15 de set. de 2025.

TADDEO, Luciana. Em alerta por ameaças e retrocessos, feministas argentinas marcham contra políticas de Milei, **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-alerta-por-ameacas-e-retrocessos-feministas-argentinas-marcham-contrapoliticas-de-milei/>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 14ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020, 126p.

VÉRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021, 160p.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 111 p.

ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso. Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da “onda neoconservadora” na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.31, n.1, p.322-350, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/224252/206364>. Acesso em: 03 de nov. de 2024.

Recebido em fevereiro de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.